

## ELEIÇÕES

# Prefeito eleito de Aracaju assina carta compromisso com o saneamento público

Foto: Marcos Vieira

Antes da definição do segundo turno das eleições de Aracaju, vencida no domingo (30) por Edvaldo Nogueira (PCdoB), com 52,11% dos votos válidos contra 47,89% de Valadares Filho (PSB), a direção do SINDISAN procurou os dois candidatos para apresentar uma Carta Compromisso.

A carta destaca a importância dos serviços de saneamento para a população e a manutenção desses serviços pelo poder público, em especial diante da crise hídrica que Sergipe já atravessa.

Confira os seis pontos da Carta Compromisso, que foi assinada pelo prefeito eleito Edvaldo Nogueira:

1. Não permitir a privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário no município de Aracaju;

2. Evitar esforços para manter a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO como a única empresa concessionária de serviços de água e esgotamento operando no município de Aracaju;

3. Estruturar a Administração Pública Municipal para elaborar projetos de captação de recursos, junto aos Governos Estadual e Federal, para investimentos em saneamento básico;

4. Implantar Plano Municipal de Segurança Hídrica para enfrentar a falta de água;

5. Implantar Plano Municipal de Saneamento (água e esgoto), manejo



▲ ASSINATURA | Prefeito eleito Edvaldo Nogueira, no ato de assinatura da Carta Compromisso

das águas pluviais (drenagem) e resíduos sólidos;

6. Enviar Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, incluindo nela o saneamento como direito humano fundamental e só passível de privatização após consulta à população através da realização de plebiscito oficial.

“Entendemos que essa ação do sindicato, neste momento de definição política na nossa Capital, foi muito importante porque sinaliza quais os compromissos do prefeito eleito com o saneamento básico dos aracajuanos e a defesa da DESO co-

mo patrimônio público fundamental para os sergipanos. É sempre bom lembrar que Aracaju representa, praticamente, 60% do faturamento da nossa Companhia de Saneamento e manter a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário como públicos e sendo prestados pela DESO é fundamental para a população diante dos riscos de privatização do setor”, explica Jorge Tupi, diretor do SINDISAN, que participou, junto com a companheira Lara Nascimento, da entrega da carta ao prefeito eleito Edvaldo Nogueira.

## Plano da Assec é mesmo estadual?

O SINDISAN vem cobrando, insistentemente, junto aos responsáveis pelo plano de assistência médica da Assec, para que este se torne de fato um plano de cobertura estadual, como reza explicitamente o convênio firmado no ano de 2014 entre a DESO e o plano.

Porque, na prática, o que observamos no dia a dia de todos os nossos companheiros e companheiras que residem no interior do estado, é uma verdadeira via-crúcis quando se precisa de um atendimento médico, já que deveriam, no mínimo, contar

com clínicas e laboratórios conveniados nos municípios para prestarem os serviços ambulatoriais e análise clínicas, evitando, assim, que os usuários do plano tenham que se deslocar para a Capital para ter algum tipo de atendimento.

A Assec finge todo o tempo que tudo está dentro da mais perfeita normalidade, e a DESO, através do setor responsável, que deveria fiscalizar essas falhas, também fecha os olhos, restando somente ao SINDISAN cobrar ações que corrijam essas imperfeições.



**DENÚNCIA**

# Rosa Elze: lagoa de estabilização vem sofrendo com aterramentos

É incrível como a Diretoria da DESO não está nem aí para as denúncias formuladas pelo SINDISAN. Uma das provas desta afirmação pode ser vista por todos aqueles que trafegam pela Rodovia Estadual João Bebe Água, na altura do conjunto Rosa Elze, onde vemos claramente um grande aterro na área pertencente a DESO e que faz parte da Lagoa de estabilização da ETE Rosa Elze, em São Cristóvão.

Segundo a Direção apurou com os operadores das máquinas que estavam no local do aterro, será construída uma grande padaria para atender à população da região. Estamos fazendo a denúncia, cremos que em tempo hábil, para que a DESO, através do seu setor jurídico, tome alguma atitude que possa coibir esta ilegalidade.

Esperamos que a Companhia não deixe esta obra ser iniciada, concluída e comece a dar lucro ao proprietário invasor para então correr atrás do prejuízo, reivindicando o que é seu.

É bom recordar que, mesmo depois de várias denúncias sobre invasões de áreas pertencentes à Companhia, absolutamente nada foi feito para que casos semelhantes acontecessem, com exceção de uma pequena área na cidade de Campo do Brito, onde a DESO contestou judicialmente a propriedade e logrou êxito na ação judicial; mas como nunca a ocupou, a área continua invadida – e até ampliada – até o fechamento desta edição.

Pelo jeito, aqueles que administram a Companhia não dão o menor valor ao seu patrimônio mobiliário, uma das maiores riquezas de qualquer grande empresa; a primeira, obviamente, são os seus trabalhadores.



▲ **SEM AVANÇO** | Presidente da DESO informa que ainda irá apresentar proposta ao governo

## DESO: Acordo Coletivo prorrogado até definição das negociações

No último dia 1º de novembro, as direções do SINDISAN e da DESO se reuniram para a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho para o biênio 2016/2017. A reunião contou também com as presenças do economista Luís Moura, do Dieese, e da advogada Lana Iara, da Advocacia Operária, que assessora o Sindicato.

O presidente da DESO colocou que ainda teria uma reunião com o governador Jackson Barreto para apresentar a proposta dos trabalhadores e as condições financeiras da Companhia. Melo ficou de agendar uma segunda reunião com o SINDISAN, esta semana, para apresentar a contraproposta da DESO.

De concreto, na primeira reunião de negociação, após a provocação da direção do SINDISAN, a diretoria da DESO

concordou em prorrogar os termos do atual Acordo Coletivo (2015/2016) até a finalização do novo ACT, inclusive assegurando a data-base da categoria (1º de novembro).

A prorrogação torna-se imprescindível para os trabalhadores porque assegurará todos os direitos do atual ACT, já que decisão cautelar aceita pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, no último dia 14 de outubro deste ano, suspende a aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas de trabalho após expirada as suas validades.

A decisão do ministro, conhecido por sua voracidade em atacar os direitos dos trabalhadores, ainda deverá ser referendada pelo Plenário do STF; mas, até, lá, vale a decisão cautelar.



| Aterros avançam sobre a lagoa de estabilização

**MALHADOR**

# Represamentos irregulares já comprometem abastecimento

Um companheiro denunciou um problema que está acontecendo no rio que fornece água para a ETA de Malhador. Todos os anos, agricultores e fazendeiros que têm barragens no trecho do Rio Cajueiro dos Veados começam a irrigar suas plantações e tanto a cidade como os povoados acabam sofrendo com a falta de água.

Há denúncia, inclusive, que foi construída uma nova barragem, por um fazendeiro, o que compromete ainda mais todo o sistema.

Com o baixo fluxo de água, a bomba da captação acaba parando. Há duas semanas, com nova baixa de água no rio, a

bomba não só parou como quase queimou por rodar sem água.

As paradas da bomba da captação têm ocorrido diversas vezes por dia. Em anos anteriores, o Ibama e a DESO ameaçaram os agricultores que continuassem irrigando de forma intensa e, às vezes, até irregular. Isso evitava maiores problemas na hora da captação. Mas este ano, infelizmente, parece que ninguém está se importando.

Sem falar que a própria estação e o escritório anexo estão caindo aos pedaços, praticamente em ruínas, pois a DESO nunca se preocupou em reformar aquela unidade.



▲ **CRÍTICO** | Pela pouca água disponível, captação praticamente fica sem ter o que succionar



▲ **MELHORIAS** | O SINDISAN está ampliando parte da sua sede para que melhor possa atender aos seus filiados. A reforma está sendo feita com recursos que sobraram da Contribuição Sindical Anual. É recurso dos trabalhadores sendo usado em favor da categoria.

**SÃO CRISTÓVÃO**

## Segundo o MPT, SAAE não cumpriu com o prometido

Na última visita feita pelo Ministério Público do Trabalho ao SAAE de São Cristóvão, ficou constatado que nada do que foi solicitado pelo órgão federal foi cumprido pela Autarquia. Antes, os diretores do SAAE informaram aos representantes do MPT que tinham obedecido o que fora determinado, ou seja, tinham cumprido com todas as exigências sobre o que havia sido solicitado.

Uma grande mentira, pois o SAAE determinou que, na ETA do Rio Comprido, fossem retirados o fogão, mesas, a geladeira e outros objetos, dizendo que a retirada foi determinada pelo MPT. Na verdade, o órgão determinou que o gás de cozinha fosse colocado do lado de fora do local onde os trabalhadores faziam suas refeições e reclamou também de uma bomba.

Segundo o MPT, nada do que foi solicitado foi cumprido pela Autarquia, e ainda encontrou mais coisas na ETA do Rio Comprido e no minissistema das Pedreiras, onde encontraram problemas no quadro de energia.

O representante do Ministério Público disse que o órgão existe para ajudar e que os trabalhadores do SAAE de São Cristóvão trabalham em situação desumana.

## 'Pistolão' fazendo a diferença na DESO

Os apadrinhamentos políticos estão funcionando como nunca dentro da DESO. Para companheiros ou companheiras que desejam fazer algum tipo de permuta ou até uma melhor colocação dentro da Companhia, não basta somente ter alcançado o sucesso no último concurso público. Oficiosamente, o que tem surtido efeito são as intervenções políticas.

Por outro lado, colegas que possuem todos os requisitos necessários para que se possa efetuar legalmente a tão desejada permuta, e com isso possa desempenhar de maneira bem mais saudável e produtiva as suas atividades laborais, ficam aguardando a sua vez indefinidamente, ou que algum chefe com um pouco mais de coerência possa fazer alguma coisa a seu favor.

O SINDISAN lamenta que as normas legais não estejam sendo respeitadas e, com isso, só traga desesperança e desestímulo para todos que se encontram nesta situação.

POSIÇÃO

# Urbanitários dizem não à PEC 241

A FNU, a CNU, a FRUNE, a FURCEN, a FITUESP e todos os sindicatos filiados se colocam radicalmente contrários a PEC 241, que aprovada em dois turnos no Congresso Nacional se transformou em PEC 55 no Senado. Essa posição se dá pelo seu conteúdo totalmente voltado para destruição do Estado brasileiro, ao propor o congelamento do orçamento público por 20 anos.

Os trabalhadores urbanitários sabem o que significa o ataque ao Estado, pois nos anos 90 no auge do neoliberalismo as empresas do setor elétrico, mais precisamente as distribuidoras de energia foram entregues a preço vil ao capital privado. Os resultados foram: milhares de demissões, o aumento da tarifa, mortes em números alarmantes de trabalhadores terceirizados, queda na qualidade dos serviços, dentre outros.

Com a aprovação da PEC no Senado o setor de saneamento também será duramente atacado, primeiro pela falta de recursos federais para investimentos, depois com a posição dos governos estaduais para sua privatização alegando a falta de dinheiro e a necessidade de fazer caixa para pagar os juros das dívidas com a união.

Desde a apresentação da PEC 241 pelo governo golpista e ilegítimo de Temer as manifestações vem acontecendo em todo país, unindo toda a sociedade, estudantes, juristas, intelectuais, artistas, e a classe trabalhadora que tem se colocado contra a sua aprovação. De acordo com a UBES ( União Brasileira de Estudantes) são mais de 1.100 escolas ocupadas, e esse número cresce a cada dia, pois os estudantes das escolas públicas sabem o que representará o conjunto de medidas representadas por essa PEC da Maldade.

O DIEESE tem mostrado o tamanho do impacto que um congelamento do orçamento público por 20 anos causará as políticas públicas como saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, assistência social, previdência social, salário mínimo e tantos outros. O cálculo aponta perdas de bilhões de reais nos investi-

ARTIGO

## O saneamento foi para o esgoto

■ Por Roberto Malvezzi

Concluídas as eleições municipais – com a mídia saboreando a derrota do PT e a vitória do PSDB –, voltamos à política real. A aprovação da PEC 241 pelos deputados sofreu uma crítica profunda por parte do Conselho Permanente da CNBB. Pena que a nota demorou, mas ainda há tempo, já que vai tramitar pelo Senado agora como PEC 55.

Um dos itens que teve debate zero nessas eleições municipais, tão fundamental para cada município brasileiro, foi o saneamento básico. Nem os candidatos, nem a mídia, nem mesmo a Igreja soube colocar a temática em debate. E olhem que esse é o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica desse ano.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, por exemplo, diante do posicionamento partidário de alguns padres, preferiu lançar uma nota falando de “aborto”, como se fossem os prefeitos que decidissem sobre o tema. Não apareceu na nota da Arquidiocese nenhuma referência a uma cidade com favelas, esgoto à céu aberto, poluição das praias e da Lagoa Rodrigo de Freitas.

É nessas ciladas midiáticas que caímos como patos. Falta até seguir aquele conselho básico de Jesus: “sejam mansos como pombas e astutos como cobras” (Mateus 10,16). Será

que é mesmo ingenuidade, ou astúcia invertida?

A nota da CNBB é clara. Não é só a saúde e a educação que vão ficar sucateadas em alguns anos – para D. Murilo Krueger bastarão 4 anos para percebermos o desastre –, mas o saneamento básico também terá seu orçamento congelado.

Quando FHC era presidente, fez um acordo com o FMI e o Banco Mundial, proibindo o Brasil de investir em saneamento por dez anos, e com isso poupar dinheiro para bancar a dívida externa. Era a lógica de precarizar para privatizar. O resultado é que em dez anos nosso saneamento ficou nos mesmos níveis de Paris e Londres, só que em 1400. Isso, nosso saneamento foi classificado por uma agência internacional como medieval (O Globo, 10/09/2016).

Portanto, quem acha que o que aconteceu aí foi só tirar a Dilma e pôr o Temer, derrotar o PT e pôr o PSDB, daqui a alguns anos vai ver o resultado das decisões que estão acontecendo agora. Ainda vem aí a reforma da Previdência e a trabalhista.

O saneamento básico, literalmente, foi para o esgoto.

.....  
\*Roberto Malvezzi (Gogó) é graduado em Estudos Sociais e em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, em São Paulo. Também é graduado em Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo.

mentos do estado nessas políticas essenciais para o país se desenvolver de forma justa e igualitária. Deixando explícito o porquê da PEC 241 ser considerada o fim do Estado Democrático de Direito e da Constituição Cidadã de 1988.

A FNU através dos seus sindicatos filiados, a CNU, a FRUNE, a FITUESP e a FURCEN devem somar forças com todos os atores sociais envolvidos, juventude, forças políticas progressistas e até mes-

mo a CNBB ( Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que já emitiu nota oficial condenando a PEC 241, por penalizar os pobres e não os ricos, para impedir que esta PEC seja aprovada. O desafio é mobilizar os trabalhadores é ir às ruas no dia 11 de novembro dando força a greve geral promovida pelas centrais sindicais, para dizer não a este crime de lesa-pátria que é a PEC 241 promovido por este governo golpista e ilegítimo.